



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura



PROEXT
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

Estudo

Texto recebido em: 12 mar. 2024. Aprovado em: 22 ago. 2024.

CAMPOS, Francieli do Rocio de. Um olhar para os estudos sobre as políticas de combate à fome do Brasil: uma revisão integrativa. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proext, Recife, v. 41, n. 1, p. 1-52, jan./dez. 2024.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2024.262049>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Um olhar para os estudos sobre as políticas de combate à fome do Brasil: uma revisão integrativa

A look at studies on anti-hunger policies in Brazil: an integrative review

Francieli do Rocio de Campos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Doutora em Políticas Públicas

E-mail: frandecampos@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0001-7804-9515>

 <http://lattes.cnpq.br/3491240523407392>

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as contribuições das publicações científicas nacionais e internacionais sobre os efeitos e os resultados das políticas públicas de combate à fome implementadas no Brasil no período de 2010 a 2020. Esta revisão integrativa foi realizada com 28 artigos científicos que apresentavam metodologias de caráter experimental ou quase-experimental e cujos resultados apontaram ações voltadas para a insegurança alimentar, para a desnutrição, para o nanismo, para o consumo alimentar e para a renda. Como principais achados, pode-se destacar que

houve artigos com ações voltadas para a ajuda alimentar e para a alimentação escolar, também com maior ênfase na assistência social. Sendo assim, as pesquisas apontaram desafios nos contextos prático e teórico das políticas públicas. Além disso, as evidências mais consistentes desses artigos demonstraram o efeito positivo de ações de combate à fome, as quais dizem respeito às intervenções de transferência de renda, tendo como carro-chefe o Programa Bolsa Família.

Palavras-chave: política pública. combate à fome. evidências. revisão integrativa.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the contributions of national and international scientific publications on the effects and results of public anti-hunger policies implemented in Brazil between 2010 and 2020. This integrative review was carried out with 28 scientific articles that presented experimental or quasi-experimental methodologies and which results pointed to actions aimed at food insecurity, malnutrition, dwarfism, food consumption and income. In this review, it was discovered that some articles were about actions aimed at food aid and school feeding, with a greater emphasis on social assistance. Therefore, this research pointed out challenges in the practical and theoretical contexts

of public policies. In addition, the most consistent evidence from these articles demonstrated the positive effect of actions to combat hunger, which concern income transfer interventions, with the *Programa Bolsa Família* as their flagship.

Keywords: public policy. fight against hunger. evidences. integrative review.

INTRODUÇÃO

A fome se tornou um fenômeno político derivado não apenas da parcimônia e da inatividade do Estado, mas também resultado das ações e dos objetivos traçados por políticas públicas no Brasil (Waal, 1997). A partir desse ponto, diferentes estratégias políticas estiveram relacionadas ao combate à fome no Brasil, estratégias essas tradicionalmente direcionadas a grupos em situação de vulnerabilidade. Esse fenômeno passou então a ser considerado uma mazela ou um entrave que atinge de modo particular cada grupo social (a depender de fatores como classe econômica, gênero, raça/etnia do grupo), sendo produto da exploração capitalista por ser um fruto das relações sociais de dominação econômica e política (Vivero; Almeida Filho, 2010; Rosaneli *et al.*, 2015).

Ao analisar as linhas que perpassam a mazela em questão, Freitas (2003) viu a importância de compreender tal problema sob uma nova perspectiva, que possa repensar todo o fenômeno, refletir sobre a complexa interação do campo antropológico com aspectos sociais, econômicos, clínicos e epidemiológicos. A erradicação da fome foi sendo trabalhada ao longo de séculos e gerou um problema multidisciplinar, cujo processo sentiu a necessidade de combinar implementação de diferentes políticas públicas como um direito humano, com ações para transformar a cultura da fome e melhorar as sociedades desiguais.

Castro (1984) demonstrou que a fome e a pobreza no Brasil só podem ser enfrentadas por meio da inclusão social e de políticas públicas de alimentação segura para todos, o que se tornou uma exigência para a efetivação da

reforma agrária e distribuição equitativa de renda. É importante salientar que a insegurança alimentar e a consequente fome crônica criam um círculo vicioso, que só pode ser interrompido se o consumo de alimentos for atendido adequadamente e possibilitado a todos os trabalhadores e a todas as famílias. Com a análise sobre a escassez de mantimentos devido aos preços, demonstrou que muitas famílias brasileiras têm acesso, mas não têm dinheiro suficiente para comprar em quantidade, ou com a mesma qualidade, porque seus recursos não aumentaram no ritmo dos valores cobrados pelos alimentos.

As políticas adotadas para fornecer meios básicos de subsistência às famílias de agricultores, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, imigrantes, indígenas e suas comunidades no Brasil criaram mecanismos dinâmicos em outros setores da economia, como produção e distribuição de alimentos, investimentos em infraestrutura e pesquisa de segurança alimentar, vinculados à geração de emprego e renda e à igualdade de acesso a recursos financeiros e produtivos. Com o tempo, tornou-se mais evidente a responsabilidade dos governos em assegurar políticas que promovam a paz, equidade de gênero, estabilidade social, econômica e justiça (Silva; Takagi, 2004; Hirai; Anjos, 2007).

A permanência do paradoxo da fome num país que produz alimentos em abundância ratifica a fome como a face mais amarga do retrato de uma sociedade que exhibe índices de desigualdades sociais inadmissíveis. As iniciativas de combate à fome no Brasil colocaram ênfase no enfrentamento de cada problema ligado a essa questão, porém, ao longo da história, essas iniciativas

avançaram e retrocederam, adaptando-se às circunstâncias e desafios sociais com os quais se deparavam. Assim, permanece o desafio de integrar ações de assistência alimentar com medidas capazes de gerar mudanças estruturais na sociedade brasileira, além de garantir a segurança alimentar por meio da consolidação de questões alimentares e nutricionais como prioridades nacionais, aprimorando e ampliando diversos programas governamentais que atuam no combate à fome no país (Peliano, 2022).

Trazendo avanços nas áreas de saúde, saneamento e educação, as estratégias de luta contra a fome no Brasil reforçaram o papel das comunidades na concretização dos objetivos almejados. Nesse sentido, destacou-se a importância dessas comunidades nos aspectos econômicos e culturais do manejo do meio ambiente, sendo necessárias para se chegar a uma situação de segurança alimentar e bem-estar de grupos sociais vulneráveis.

Com o tempo, passaram a ser considerados, nas políticas adotadas, pontos como cuidados básicos do lar (amamentação, atenção, carinho, preparo dos alimentos etc.), além de questões relativas à informação e estimulação psicossocial, educação familiar e direito à vida. Constatou-se que esses itens se relacionam com o acesso universal e igualitário à alimentação adequada, à segurança alimentar, ao respeito à diversidade local e regional, ao direito da sociedade à informação e ao controle social (Morgado; Hack, 2019). Por isso é importante estudar o processo de implementação de políticas de combate à fome, reunindo assim reflexões

desenvolvidas em distintos momentos e de diferentes visões de pesquisadores.

A intervenção do governo pode criar mecanismos considerados emergenciais ou permanentes para a população em situação de vulnerabilidade, excluída do mercado de trabalho e/ou hipossuficiente para que se incluam no mercado de alimentos e garantam uma alimentação adequada para suas famílias, em um processo dinâmico e em constante mudança, por ser afetado por muitas influências externas. Isso pode ser constatado no clima político, bem como nas várias controvérsias em andamento das instituições governamentais (Silva; Takagi, 2004; Magalhães, 2014).

Dessa maneira, o registro do que foi pesquisado entre 2010 e 2020 se torna de suma relevância para que os dados apurados beneficiem a reflexão e os debates em curso no Brasil sobre a temática das políticas públicas de combate à fome. O presente estudo está dividido em quatro partes: esta introdução, com os principais pressupostos da pesquisa; descrição metodológica; resultados encontrados na revisão integrativa e discussões em torno dos trabalhos acadêmicos; e considerações finais, que destacam os principais achados na pesquisa.

METODOLOGIA

Foi realizado um estudo com coleta de dados de fontes secundárias, por meio de um levantamento bibliográfico e baseado em resultados de pesquisas com delineamento experimental e quase-experimental, configurando assim uma revisão integrativa. Segundo Botelho, Cunha e

Macedo (2011, p. 127), “o termo ‘integrativa’ tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes de pesquisas experimentais ou quase-experimentais” enquanto, para Broome (2000), a revisão integrativa investiga e organiza pesquisas sobre um assunto específico com o objetivo de tirar conclusões a partir da produção científica, a fim de analisar o conhecimento existente sobre os mais variados temas.

A realização da revisão integrativa se deu em seis etapas: (i) apuração das contribuições das intervenções realizadas no Brasil voltadas à luta contra a fome; (ii) análise de artigos científicos dentro dessa temática; (iii) busca de artigos, em bases digitais, realizada a partir da lista de descritores pré-estabelecidos; (iv) organização de um formulário para a coleta de dados; (v) interpretação analítica dos resultados dos artigos selecionados; e (vi) síntese, comparação e discussão das informações extraídas dos artigos. A apuração das contribuições das intervenções realizadas no Brasil voltadas ao tema é voltada para trabalhos escritos entre os anos de 2010 e 2020.

Os artigos analisados foram trabalhos científicos que utilizaram os métodos de delineamento experimental e quase-experimental¹ de pesquisa e que contavam com o resumo disponível na base de dados, além de possuir aderência ao objetivo proposto por essa pesquisa. Foram contempladas publicações nos idiomas português, espanhol e inglês e cujo objeto de estudo fosse

¹Para a realização da Revisão Integrativa foram utilizados artigos científicos com pesquisas de delineamento experimental e quase-experimental, isso interferiu na abrangência de políticas públicas de combate à fome no período de 2010 e 2020, por isso, algumas intervenções em vigência ficaram fora do texto.

relacionado à insegurança alimentar, renda, consumo alimentar, desnutrição e nanismo.

A busca em bases digitais foi realizada a partir da lista de descritores pré-estabelecidos: fome; políticas públicas e fome; nome das intervenções; e cada desfecho². A lista foi elaborada por meio de palavras utilizadas pela linguagem natural e pelo vocabulário técnico da área de segurança e insegurança alimentar e de avaliações de impacto. Foram selecionados os seguintes portais: 1) Portal de Periódicos da Capes; 2) Redalyc - Sistema de Información Científica Redalyc; 3) Scientific Electronic Library Online; 4) Google Scholar. A seleção começou com 568 publicações e levou em consideração o título e as palavras-chave de cada trabalho. Com a leitura dos resumos, foram selecionados 129 artigos, dos quais 87 foram lidos na íntegra. No entanto, apenas 28 trabalhos apresentaram em sua metodologia o delineamento experimental ou quase-experimental, atendendo, assim, aos critérios exigidos na revisão integrativa. Conforme está apresentado na Figura 1:

²Nesse caso, o termo desfecho se refere aos resultados, nos quais as ações das políticas públicas foram implementadas, ou seja, para interferir na insegurança alimentar, desnutrição, mortalidade, emaciação, nanismo consumo alimentar e renda.

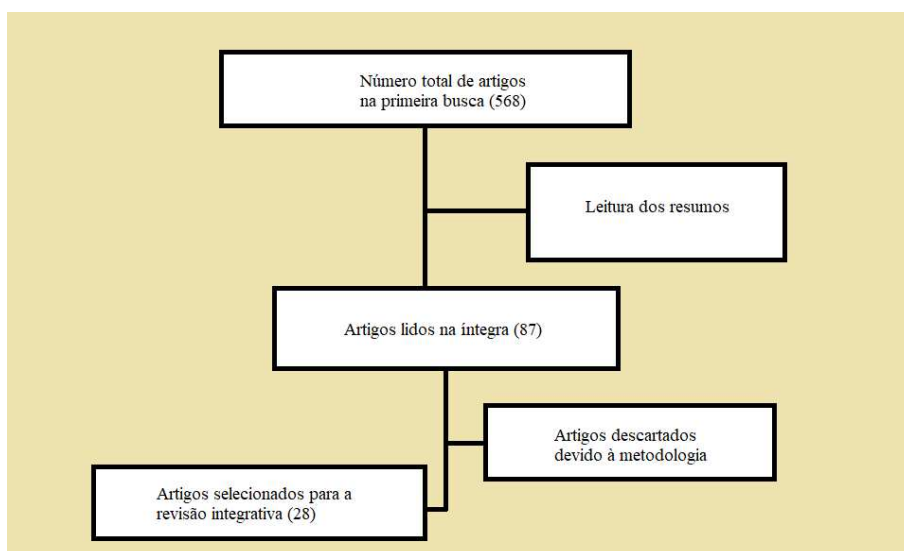


Figura 1. Fluxograma de seleção de artigos para revisão sistemática
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Na quarta fase da revisão, foi organizado um formulário cujo objetivo era registrar as informações de cada um dos artigos selecionados para a análise, utilizando como referência os autores Ursi (2005) e Kopittke (2019).

Em seguida, a seleção dos artigos foi realizada a partir de uma leitura analítica dos resultados dos textos selecionados. Essa seleção se deu de forma descritiva, então os artigos foram classificados por temática para análise e interpretação dos dados, ou seja, segundo Sherman *et al.* (1997) e Weisburd, Farrington e Gill (2017), as informações coletadas foram agrupadas em diferentes categorias analíticas de intervenção, cuja categorização se baseou na incidência do conteúdo e nas características presentes nos estudos selecionados. Deste modo, se sistematizou o conteúdo em temas principais e recorrentes, a saber:

- A. Ajuda alimentar: intervenções direcionadas à ajuda humanitária ao garantir o consumo de alimentos seguros para populações afetadas antes, durante e após crises em contextos de emergência, caso contrário, o consumo de comida seria insuficiente ou inapropriado para prevenir a fome de indivíduos.
- B. Alimentação escolar: intervenções que tratam sobre o impacto da desigualdade econômica, questões de segurança e direito à alimentação e política educacional que envolva alunos de escolas públicas durante a sua permanência no ambiente escolar.
- C. Social: as intervenções baseadas nas manifestações de desigualdade na sociedade capitalista, focando em uma série da população que sofre com a pobreza, a miséria e o desemprego. A política social é o processo estatal de transferência e alocação de recursos para prover meios de subsistência aos mais pobres e ações redistributivas visando níveis equitativos.

Por fim, a última etapa da revisão integrativa se consolida pela síntese, comparação e discussão das informações extraídas dos artigos incluídos na amostra deste estudo, orientando as respostas à questão principal do trabalho. As informações de cada estudo consideradas mais relevantes para a revisão foram apresentadas de forma descritiva e os dados foram organizados de modo sucinto e individual para facilitar a análise crítica da amostra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história das políticas no contexto da alimentação no Brasil e sua relação com o problema da fome evoluiu ao longo de quatro principais momentos: (i) início nos anos 1940 até meados dos anos 1970; (ii) anos 1970 até o fim da década de 1980; (iii) década de 1990; (iv) primeiro decênio do século XXI.

O primeiro momento foi o mais longo, começando nos anos 1940, e se deu pela incorporação da assistência alimentar voltada para populações menos favorecidas às políticas públicas governamentais no país. Assim, os anos 1950 foram vistos como resposta emergencial para o problema da fome e da desnutrição, que se estendeu até meados dos anos 1970 com a implementação do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). Já o segundo momento foi considerado o mais turbulento e se desdobrou dos anos 1970 até o fim da década de 1980, com destaque para 1985, no contexto da redemocratização do país (neste período foram sendo estruturados espaços de participação e de debates sobre os temas da fome e da desnutrição).

Com o passar dos anos, se desenrola o terceiro momento na década de 1980, com o governo do presidente Collor, o qual ficou caracterizado pela extinção de quase todos os programas de alimentação e nutrição existentes (segundo Peliano (2022), esse período foi marcado pela primeira iniciativa decorrente da mobilização popular: a elaboração do Mapa da Fome). Por fim, o quarto momento, primeiro decênio do século XXI, com o governo do presidente Lula, se caracterizou pelo pioneirismo do Brasil em ações de enfrentamento da fome, por isso, se tornou o país que mais avançou nessa

agenda. As atividades e os programas desenvolvidos nesse contexto que fizeram parte da área de Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (PDSCF) foram baseados em extensas evidências e pesquisas regulares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No campo das políticas governamentais, foram criados, retomados, aprimorados ou fortalecidos diversos programas historicamente considerados fundamentais para uma política de combate à fome.

O Quadro 1 traz uma representação descritiva das principais informações que representam a revisão integrativa, tendo em vista os autores e a denominação de cada intervenção com base nas informações analisadas em cada pesquisa incluída na revisão. Na sequência, são apresentados os eixos que caracterizam cada intervenção, exibindo o grupo analisado e o respectivo período de desenvolvimento da pesquisa, além do método de estimação, o indicador mensurado e a fonte. Por fim, são expostos os resultados finais de cada pesquisa, dando ênfase aos desfechos incluídos nesta revisão.

Autores/ ano de publicação	Intervenção	Público- alvo ou fonte dos dados	Título do artigo	Objetivo	Resultados
Trivellato <i>et al.</i> (2019)	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Famílias de agricultores; Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	Food and nutrition (in)security in families of farmers who supply the National School Feeding Program / (In)segurança alimentar e	Avaliar a situação de (in)segurança alimentar e nutricional de famílias de agricultores que abastecem o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	Nesse estudo, não foi possível identificar evidências de associação entre as variáveis de oferta de alimentos ao PNAE com as variáveis de segurança alimentar das

			nutricional em famílias de agricultores fornecedores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		famílias fornecedoras de alimentos pelo Programa do município de Viçosa.
Pacheco <i>et al.</i> (2018)	Programa Bolsa Família	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) a partir do Mapa de Acompanhamento do Programa Bolsa Família	Food and nutritional security of families assisted by the <i>Bolsa Família Cash Transfer Program</i> in primary health care / Segurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família na atenção básica	Estimar o estado nutricional de crianças menores de cinco anos e o nível de segurança alimentar de famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família em três Unidades de Saúde da Família (USF) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.	Os resultados dessa pesquisa mostram que as famílias estudadas estão vulneráveis, quanto à alimentação e nutrição, favorecendo o aparecimento de distúrbios nutricionais como a fome em frequências acima da população em geral.
Bento <i>et al.</i> (2016)	Restaurantes populares	Projeto de pesquisa: Prevalência domiciliar de segurança/ insegurança alimentar dos usuários de restaurantes populares de Belo Horizonte/MG/ Universidade Federal de	Fatores associados às fases de comportamento alimentar de usuários de restaurantes populares em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil	Associar as fases de mudança de comportamento alimentar de usuários de restaurantes populares aos seguintes aspectos: sociodemográfico, estado nutricional e	Em todos os estabelecimentos verificou-se que os estágios mais prevalentes foram os de pré-contemplação e de manutenção, porém, foram observadas diferenças quanto às

		Minas Gerais (UFMG)		hábitos alimentares.	frequências de usuários nos diferentes estágios entre os estabelecimentos (p = 0,003).
Bandoni <i>et al.</i> (2010)	Programa Cozinhas Comunitárias	Cozinhas comunitárias de todo o Brasil apoiadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no período de 2003 a 2005	O programa de incentivo à instalação de cozinhas comunitárias : avaliação de uma política pública brasileira	Descrever e avaliar as cozinhas comunitárias apoiadas pelo MDS em funcionamento em todo o Brasil no período de 2003 a 2005.	A presente avaliação pode servir de subsídio ao aprimoramento do Programa, caso ela seja empregada na correção dos pontos falhos da política pública.
Suzart <i>et al.</i> (2017)	Programa Bolsa Família	Informações Sociais, Econômicas e Ambientais dos beneficiários do Programa Bolsa Família – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	Repercussões do programa bolsa família na segurança alimentar e nutricional: um estudo de caso	Investigar os impactos do Programa Bolsa Família quanto aos aspectos de segurança alimentar e nutricional.	A prevalência de insegurança alimentar severa (indicativo de fome entre adultos e crianças) é menor do que a leve ou moderada, podendo ser um efeito dos programas de transferência de renda.
Sperandio <i>et al.</i> (2017)	Programa Bolsa Família	Informações referentes à ingestão alimentar – Pesquisa de Orçamento Familiar (POF)	Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e	Avaliar o impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.	Os beneficiários do Programa Bolsa Família apresentaram menor consumo de alimentos processados e ultraprocessados

			Nordeste do Brasil		os em ambas as regiões, e maior consumo de alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados na região Nordeste.
Oliveira; Batalha; Pettan (2017)	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Dados fornecidos pelos gestores locais do programa	Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá, Minas Gerais, Brazil	Avaliar e comparar os impactos socioeconômicos gerados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos agricultores familiares de Ubá em Minas Gerais.	Ainda que os valores de comercialização estejam abaixo dos limites estabelecidos, o programa aumentou a renda dos produtores.
Salgado et al. (2017)	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Informações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Dados da Secretaria de Informação e Gestão do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) do Governo Federal	Focalização e Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): avaliação de sua eficácia nas regiões brasileiras	Avaliar a eficácia do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), classificando os municípios brasileiros em relação ao nível de propensão à execução desta política pública.	Os resultados obtidos mostraram que o Programa de Aquisição de Alimentos tem sido eficaz apenas na focalização naqueles municípios de maior propensão a sua execução. Porém, sua taxa de cobertura

					nessas regiões ainda é muito incipiente e desigual, dada as necessidades locais dos municípios. Tal fato demonstra a necessidade de aprimorar a capacidade de discriminar e de selecionar o público-alvo. O Programa também carece de ampliação e alocação regionalizada de suas ações, principalmente nas regiões mais demandantes, caso do Nordeste e Norte.
Almeida <i>et al.</i> (2018)	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Índice UFSCar de Segurança Alimentar para agricultores familiares	Índice “UFSCar” de Efetividades do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares do interior paulista	Construir um índice para avaliar a efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tendo como referencial analítico a perspectiva da segurança alimentar e nutricional (SAN) para agricultores	A pesquisa demonstrou que, apesar do avanço conquistado pelas políticas públicas para segurança alimentar e nutricional, a insegurança alimentar ainda está presente mesmo em uma região que se destaca

				familiares do território de assentamentos de Araraquara, São Paulo, Brasil.	economicamente, principalmente entre agricultores familiares.
Peña <i>et al.</i> (2015)	Programa Bolsa Família	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)	A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família	Contribuir para o estado da arte na temática de estudos aplicados das políticas públicas de transferência de renda.	Após a implementação do Bolsa Família, observa-se um melhor índice de mobilidade social e uma tendência de convergência mais rápida para o melhor nível de renda real.
Sampaio; Sousa (2014)	Programa Bolsa Família	Dados das famílias fornecidos pela Secretaria de Avaliação e Gestão de Informações	Efeitos do programa bolsa família sobre os gastos das famílias beneficiárias em Mauriti, Ceará	Avaliar os efeitos do Programa Bolsa Família sobre os gastos das famílias beneficiárias no município cearense de Mauriti.	A transferência de renda recebida pelos beneficiários tem um efeito positivo sobre os gastos desses beneficiários, visto que as famílias estão destinando o benefício para o alívio ou melhoramento da alimentação.
Correa; Trevisan; Mello (2019)	Programa Bolsa Família	Dados de cada município da União, obtidos no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento	Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho dos	Investigar os impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho formal dos	Constatou-se que o Programa Bolsa Família está positivamente associado ao

		to Social (MDS) e no Cadastro Central de Empresas do IBGE	municípios brasileiros	5.570 municípios brasileiros no período de 2004 a 2013.	aumento dos rendimentos dos beneficiários.
Branquinho <i>et al.</i> (2015)	Programa Cozinhas Comunitárias	Dados antropométricos fornecidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES) de Brasília	Salud y perfil sócio-demográfico de la clientela de restaurantes vinculados a programa social brasileño	Conhecer o perfil dos frequentadores dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal com o objetivo de futuramente implementar estratégias que garantam a segurança alimentar e nutricional.	Verificou-se a importância dos Restaurantes Comunitários assumirem seu papel de garantir a segurança alimentar e nutricional, proporcionando não apenas acesso digno à alimentação, mas também oferta de refeições nutritivas e adequadas ao perfil da clientela.
Neder; Alves Filho; Souza (2015)	Programa Bolsa Família	Padrão de consumo de alimentos das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF)	Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família	Analisar os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a segurança alimentar no Brasil, considerando a inflação sobre o preço dos alimentos a partir do final dos anos 2000.	Conclui-se, apesar do destaque ao Programa Bolsa Família, que políticas específicas como essas são incapazes de garantir estruturalmente e condição alimentar adequada e não apresentam potencial de

					superação do problema da fome.
Ford <i>et al.</i> (2020)	Programa Bolsa Família	Dados antropométricos com inquérito alimentar	Health outcomes of the Bolsa Família program among Brazilian Amazonian children	Analisar a matrícula escolar e a cobertura vacinal, bem como prospectivamente os indicadores do estado nutricional de crianças de Acrelândia, município na Amazônia.	A ingestão de grupos alimentares entre famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e não beneficiárias do programa são semelhantes, no entanto, as famílias beneficiárias do Bolsa Família tinham recursos suficientes para adquirir dietas ricas em termos de micronutrientes, dado que cerca de 87% das famílias do Bolsa Família relatam que seus recursos são destinados à alimentação.
Duarte; Sampaio; Sampaio (2010)	Programa Bolsa Família	Dados das famílias coletados pelo Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento (PADR) -	Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos	Avaliar o impacto da transferência de renda do Programa Bolsa Família sobre os gastos com alimentos	Há um efeito positivo das transferências monetárias sobre o consumo alimentar das famílias beneficiárias.

		Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)/Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (FADURPE).	em famílias rurais	de famílias rurais.	
Poblacion <i>et al.</i> (2015)	Programa Bolsa Família	Dados sobre a (in)segurança alimentar da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS)	Insegurança alimentar em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos	Estudar o processo de insegurança alimentar e fome em domicílios com crianças menores de cinco anos no Brasil.	A prevalência de insegurança alimentar em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos era cerca de um em cada 20 (5,2%), mostrando que moradores adultos e crianças de mais de 600.000 domicílios passavam fome no país.
Saldiva; Silva; Saldiva (2010)	Programa Bolsa Família	Dados do consumo alimentar e antropométricos fornecidos pelo projeto Bandeira Científica	Avaliação antropométrica e consumo alimentar em crianças menores de cinco anos residentes em um município da região do semiárido nordestino com	Avaliar as condições de saúde e nutrição de crianças menores de cinco anos, e associar a qualidade do consumo alimentar aos beneficiários do Programa Bolsa Família de um	As famílias do Programa Bolsa Família gastam mais com alimentos ricos em gorduras e açúcares.

			cobertura parcial do programa bolsa família	município do semiárido brasileiro.	
Mourão; Ferreira; Jesus (2012)	Programa Bolsa Família	Dados das famílias fornecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Evaluation of the Brazilian Family Grant Program: A Quasi-Experimental Study in the State of Rio de Janeiro	Avaliar um programa de distribuição de renda no Brasil (Programa Bolsa Família) usando um quasi-experimento em favelas na região metropolitana do Rio de Janeiro.	Os achados relativos à efetividade do programa indicaram um efeito positivo na população-alvo, apresentando mudanças nas condições sociais das populações participantes do programa.
Anschau; Matsuo; Segall-Corrêa (2012)	Programa Bolsa Família	Dados das famílias – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda	Analisar a proporção de insegurança alimentar domiciliar na população beneficiária de programas de transferência de renda e os fatores relacionados a essa condição.	Mesmo reconhecendo a importância das políticas de transferência de renda e outras de caráter emergencial, julga-se necessário o reforço das políticas públicas estruturantes, entre elas as políticas de promoção da igualdade de gênero, de geração de emprego, de acesso à terra e

					de recuperação do poder aquisitivo do salário-mínimo , que teriam impacto na redução da pobreza em geral, mas sobretudo nos estratos de extrema pobreza onde estão os beneficiários dos PTR.
Cesar <i>et al.</i> (2020)	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Índice de adesão à alimentação escolar da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Adesão à alimentação escolar e fatores associados em adolescentes de escolas públicas na região Sul do Brasil	Analisar o índice de adesão à alimentação escolar e os fatores associados entre adolescentes matriculados em escolas públicas estaduais do município da Lapa, Paraná, Brasil.	Os achados do presente estudo evidenciam que o índice efetivo de adesão à alimentação escolar é muito baixo nas escolas urbanas e baixo nas escolas rurais, o que leva a crer que os objetivos e as diretrizes do programa não estão sendo alcançados.
Cabral <i>et al.</i> (2014)	Programa Bolsa Família	Dados da Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Segurança alimentar, renda e Programa Bolsa Família:	Avaliar o impacto do Programa Bolsa Família na superação	Com base nos critérios de inclusão do indivíduo no Programa Bolsa Família,

			estudo de coorte em municípios do interior da Paraíba, Brasil, 2005-2011	da insegurança alimentar.	percebeu-se aumento dos níveis de segurança alimentar/insegurança alimentar leve em detrimento dos níveis de insegurança alimentar moderado/grav e.
Sperandio; Priore (2015)	Programa Bolsa Família	Dados das famílias na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil	Investigar a prevalência de insegurança alimentar e fatores associados em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil.	O estudo identificou elevada prevalência de insegurança alimentar (72,8%) entre as famílias com pré-escolares beneficiárias do Programa Bolsa Família. Esse resultado ratifica a situação de vulnerabilidade e social dessas famílias e o risco de possíveis prejuízos para o crescimento e desenvolvimento de suas crianças, em função do não acesso a uma alimentação adequada.

Gobato; Panigassi; Villalba (2010)	Restaurantes populares	Indicadores de segurança alimentar da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	Identificação do perfil de usuários de um Restaurante Popular do Município de Campinas	Conhecer o perfil de usuários de um restaurante popular do município de Campinas e refletir sobre a contribuição desse estabelecimento para a segurança alimentar e nutricional dos seus usuários.	Concluiu-se que o Restaurante Bom Prato é importante para a segurança alimentar e nutricional de seus usuários.
Oliveira et al. (2011)	Programa Bolsa Família	Parâmetros antropométricos da Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Estado nutricional e fatores determinantes do déficit estatural em crianças cadastradas no Programa Bolsa Família	Conhecer o estado nutricional de crianças cadastradas no Programa Bolsa Família mediante comparação das beneficiárias com as não beneficiárias, com ênfase no perfil antropométrico.	A partir dos resultados apresentados, verificou-se que, apesar da homogeneidade e da pobreza, o grupo BF mostrou-se, de fato, mais vulnerável socioeconomicamente, evidenciando que o Programa Bolsa Família tem atingido os mais necessitados. O recebimento do benefício fez com que as famílias se igualassem às do grupo não beneficiário, em termos de

					renda <i>per capita</i> .
Souza <i>et al.</i> (2012)	Programa Bolsa Família	Indicadores de insegurança alimentar da Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Perfil socioeconômico e insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, Brasil, em 2011: um estudo epidemiológico transversal	Avaliar a associação entre indicadores socioeconômicos e de insegurança alimentar de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.	A prevalência de insegurança alimentar foi alta, maior entre crianças de famílias maiores, com pior nível socioeconômico e cujas mães tinham menor escolaridade.
Paes-Sousa ; Santos; Miazaki (2011)	Programa Bolsa Família	Dados da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)	Effects of a conditional cash transfer programme on child nutrition in Brazil	Examinar a associação entre o Programa Bolsa Família, que é o maior caixa condicional dos programas de transferência de renda, e os indicadores antropométricos do estado nutricional de crianças.	Os achados apontam para a necessidade de garantir às famílias do Programa Bolsa Família um maior acesso a bens e a serviços que levem a uma melhor nutrição dos grupos beneficiários, o que, por sua vez, deve resultar na melhoria da saúde deles.

Piperata et al. (2011)	Programa Bolsa Família	Dados antropométricos da Pesquisa Populacional da Universidade Estadual de Ohio	The Nutrition Transition in Amazonia: Rapid Economic Change and its Impact on Growth and Development in Ribeirinhos	Avaliar o impacto da mudança econômica e do aumento da integração no mercado nas estratégias de subsistência, condições de vida, crescimento e estado nutricional dos ribeirinhos vivendo na Amazônia rural, Brasil.	Apesar das mudanças significativas nas estratégias econômicas e no estilo de vida, as mudanças no estado nutricional foram modestas, o que pode ser explicado pelo aumento da insegurança alimentar documentado durante o estágio inicial da transição econômica.
------------------------	------------------------	---	---	--	---

Quadro 1. Sistematização dos estudos incluídos na revisão integrativa sobre o Brasil no período de 2010 e 2020
 Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O combate à fome trouxe efeitos positivos para a construção da cidadania, pois os recursos direcionados e as medidas estruturais tornaram-se incentivo para a produção e o comércio local por meio da incorporação de políticas de aquisição e construção de canais de distribuição de alimentos no Brasil. Soluções de longo prazo para combater a fome incluíram a criação de sistemas alimentares mais eficientes, sustentáveis, resilientes e inclusivos. Além disso, esses sistemas passaram a incentivar condições dignas de trabalho para todos os agricultores e trabalhadores na cadeia alimentar desse país (Silva; Takagi, 2004).

A fim de melhor descrever analiticamente os artigos publicados entre 2010 e 2020 que foram selecionados na revisão integrativa, estes foram classificados em três grandes categorias: (1) artigos com ênfase na ajuda alimentar; (2) artigos com ênfase na alimentação escolar e (3) artigos com ênfase nas ações voltadas à assistência social. A seguir serão apresentados os principais resultados encontrados em cada categoria, de forma a compor um panorama sobre a temática das políticas públicas de combate à fome no Brasil.

AJUDA ALIMENTAR

Os programas classificados como *ajuda alimentar* se tornaram uma forma de combater a fome no mundo por meio da transferência de alimentos e/ou de subsídios ligados à compra governamental de alimentos (López-Almansa, 2005). Com o apoio de entidades governamentais e não-governamentais, solidificou-se essa abordagem para enfrentar a escassez de alimentos, dilema que pode ser visto como uma tensão entre capacidade produtiva e demanda. Quando a produção de alimentos é insuficiente para a demanda, surge uma situação de subconsumo, onde parte da população não consome o mínimo necessário de alimentos. Esse subconsumo leva a uma deficiência de nutrientes essenciais, que, se persistente, resulta em fome.

A ideia central do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi promover a renda local e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), aliando produção e consumo de alimentos (Delgado; Conceição; Oliveira, 2005). Segundo Mielitz (2014), o programa contou com o Estado no setor de compras (comercialização) e criou vínculos entre os

agricultores familiares (produtores) com aqueles que estavam em situação de vulnerabilidade nutricional (consumidores). Cada modelo implementado de PAA teve objetivos traçados de modos diferentes, como o de construir reservas de alimentos para responder às emergências alimentares, apoiar a construção de estoques pelos próprios agricultores, reabastecer suprimentos da extensa rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, comprar sementes crioulas, entre outros.

O programa de incentivo à instalação de Cozinhas Comunitárias implementado no Brasil pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) fez parte de uma série de ações governamentais que contemplavam a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), para impulsionar e apoiar a implantação de pequenas unidades de produção de refeições. O programa dispôs-se a construir redes de proteção alimentar para pessoas vulneráveis à fome, a partir de estratégias para ampliar a oferta de refeições nutricionalmente balanceadas e inclusão social produtiva para trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes e idosos (Hartz, 1997; Bandoni *et al.*, 2010).

Os Restaurantes Subsidiados pelo Governo (RSG), ou restaurantes populares, foram criados na década de 1930 para apoiar os contribuintes da previdência social. Apenas em 2003, o RSG foi incluído no Programa Nacional Fome Zero (Padrão; Aguiar, 2018). Na época, a recomendação do Ministério era de promover o acesso adequado aos alimentos para as populações urbanas, com prioridade destinada aos grupos vulneráveis em situação de

insegurança alimentar no Brasil. Além disso, tinha como intuito aumentar a oferta de refeições saudáveis, a preços acessíveis, para pessoas em situação de insegurança alimentar e com baixo poder aquisitivo, além de serem espaços polivalentes para atividades de desenvolvimento social, geração de trabalho, renda e emancipação da cidadania (Brasil, 2004).

Na revisão integrativa foram localizados um total de sete trabalhos publicados sobre intervenções voltadas ao combate à fome consideradas como ajuda alimentar, como pode ser visto na Tabela 1.

Intervenção	Autor(es)	Ano de publicação	Desfecho
Programa Cozinhas Comunitárias	Bandoni <i>et al.</i>	2010	Consumo alimentar
	Branquinho <i>et al.</i>	2015	Consumo alimentar
Programa de Aquisição de Alimentos	Oliveira; Batalha; Pettan	2017	Renda
	Salgado <i>et al.</i>	2017	Insegurança alimentar
	Almeida <i>et al.</i>	2018	Insegurança alimentar
Programa Restaurantes Populares	Gobato; Panigassi; Villalba	2010	Consumo alimentar
	Bento <i>et al.</i>	2016	Consumo alimentar

Tabela 1. Estudos encontrados sobre ajuda alimentar no Brasil incluídos na revisão integrativa

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As ações pesquisadas referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) demonstraram que o

programa apresentou influência na insegurança alimentar do país. Nesse caso, o trabalho de Salgado *et al.* (2017) considerou os municípios com alta presença da agricultura familiar, baixos incentivos econômicos e altos riscos de segurança alimentar, principalmente nas regiões Nordeste e Norte do Brasil, onde se situam os grupos com maior dependência do programa. Os resultados do estudo de Almeida *et al.* (2018) apontaram que os esforços institucionais contribuíram para a segurança alimentar na área rural dos agricultores familiares do município de Araraquara, município de São Paulo. Já o trabalho de Oliveira, Batalha e Pettan (2017) foi capaz de identificar um aumento na renda dos agricultores devido ao PAA, o que mostra que o Programa proporcionou benefícios socioeconômicos à agricultura familiar de Ubá, Minas Gerais.

Os estudos de Bandoni *et al.* (2010) e Branquinho *et al.* (2015) concluíram que as unidades de Cozinhas Comunitárias no Brasil não provocaram efeito no consumo alimentar da população. Pelo estudo aplicado por Branquinho *et al.* (2015), a cozinha não pode ser a única responsável pela condição nutricional de sua clientela, visto que o acesso ao alimento é o que é capaz de combater a fome. O estudo de Bandoni *et al.* (2010) avaliou o impacto da implantação do Programa Cozinhas Comunitárias nos municípios brasileiros. Nesse estudo, ficou evidente que as cozinhas comunitárias que contavam com um número baixo de beneficiários não ofereciam refeições e sim apenas cursos. Além disso, havia uma dependência de projetos financiados por outras entidades, por isso as cozinhas permaneciam inoperantes. Outro problema identificado pelo estudo dos

autores foi a concentração desses espaços das cozinhas nos estados mais ricos do país.

A contribuição dos Restaurantes Populares no Brasil para as ações de combate à fome aumentou consideravelmente o consumo alimentar nas áreas urbanas. Gobato, Panigassi e Villalba (2010) concluíram que o Programa Restaurante Popular foi importante para o consumo alimentar e nutricional dos seus usuários pois disponibilizava mais grupos de alimentos no almoço comparado ao jantar em casa e também comparado ao tipo de refeição realizada pelos pesquisados antes de sua inauguração. A intervenção estudada por Bento *et al.* (2016) observou que uma maior proporção de usuários dos restaurantes populares encontrava-se na fase de ação, que engloba estágios nos quais o indivíduo coloca em prática seus planos de mudança, ajustando seu comportamento. A demonstração da preocupação com uma alimentação saudável pode estar relacionada ao acesso contínuo a refeições balanceadas e acessíveis nesses estabelecimentos. Considerando os estudos, os restaurantes tornam-se fundamentais para a garantia de ações de promoção a hábitos alimentares saudáveis.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A importância das ações de alimentação escolar ficou evidente devido ao seu impacto no setor educacional e nos benefícios econômicos gerados, criando meios para desenvolver a produção alimentícia. Quando articulada à produção das comunidades, “a alimentação escolar pode ser um poderoso instrumento de dinamização local” (Belik; Souza, 2009, p. 119) e os programas contribuem para isso, evitando o transbordamento da renda gerada.

A revisão integrativa encontrou apenas dois estudos sobre os programas voltados para alimentação escolar, com ações voltadas para o combate à fome. Conforme Gaventa (2006), tratar a escola como um centro de referência em segurança alimentar, com programas de educação nutricional ao nível municipal, estadual ou federal, pode abrir um novo horizonte para que as comunidades participem do desenho de políticas e programas de combate à fome. Nesse contexto, temos na Tabela 2 alguns trabalhos:

Intervenção	Autor (es)	Ano de publicação	Desfechos
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Trivellato <i>et al.</i>	2019	Insegurança alimentar
	Cesar <i>et al.</i>	2020	Consumo alimentar

Tabela 2. Estudos desenvolvidos sobre o Brasil referente às intervenções na alimentação escolar incluídas na revisão integrativa

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A pesquisa de Trivellato *et al.* (2019) mostrou que as ações de luta contra a fome impactaram a insegurança alimentar. Os autores encontraram na sua pesquisa elementos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Brasil que provocaram uma redução dos índices de insegurança alimentar em domicílios rurais. Além disso, como os usuários do Programa se tornaram produtores de alimentos, também passaram a produzir para consumo próprio, o que também influencia na questão da (in)segurança alimentar.

Segundo Cesar *et al.* (2020), ao analisar a área geográfica, verificou-se que as escolas na área urbana apresentaram um índice médio de adesão, enquanto as escolas na área rural tiveram um índice mais alto. No entanto, considerando o caráter universal do programa, que prevê o consumo diário da alimentação escolar por todos os estudantes, o índice real de adesão (consumo de quatro a cinco vezes por semana) foi bastante baixo: abaixo de 30,0% nas áreas urbanas e entre 30,0% e 50,0% nas áreas rurais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dentre as intervenções inseridas nas redes de assistência social estavam as intervenções compensatórias, focadas na pobreza e na extrema pobreza. De acordo com Guadarrama (2000), os programas e projetos de apoio social foram criados para proteger a população afetada por desastres naturais, no entanto, com o passar do tempo, esses também se concentraram em atender o abastecimento alimentar da população afetada pela guerra, pobreza, desigualdade e população imigrante. Os países foram sendo incluídos em programas de fornecimento de alimentação para realocação de refugiados, cujo apoio alimentar tornou-se uma contribuição muito específica utilizada em momentos de crise. As atividades e os programas criados ou ampliados nessa linha promovem a inclusão social dos grupos mais pobres e vulneráveis ao contar com programas de redistribuição de renda, apoio à agricultura familiar e garantia de acesso à alimentação.

Nos achados da revisão integrativa foi identificada apenas uma intervenção na categoria de assistência social

que contribuiu na luta contra a fome entre 2010 e 2020: o Programa Bolsa Família. Foram 19 estudos que demonstram uma relação entre o Programa e as ações de combate à fome, sendo esses estudos identificados na Tabela 3.

Intervenção	Autor (es)	Ano de publicação	Desfecho
Programa Bolsa Família	Duarte; Sampaio; Sampaio	2010	Consumo alimentar
	Saldiva; Silva; Saldiva	2010	Desnutrição
	Oliveira <i>et al.</i>	2011	Nanismo
	Piperata <i>et al.</i>	2011	Insegurança alimentar
	Paes-Sousa; Santos; Miazaki	2011	Renda
	Anschau; Matsuo; Segall-Corrêa	2012	Insegurança alimentar
	Mourão; Ferreira; Jesus	2012	Consumo alimentar
	Souza <i>et al.</i>	2012	Insegurança alimentar
	Sampaio; Sousa	2014	Consumo alimentar
	Cabral <i>et al.</i>	2014	Renda
	Peña <i>et al.</i>	2015	Renda
	Sperandio; Priore	2015	Consumo alimentar
	Neder; Alves Filho; Souza	2015	Insegurança alimentar
	Poblacion <i>et al.</i>	2015	Insegurança alimentar
	Sperandio <i>et al.</i>	2017	Insegurança alimentar
	Suzart <i>et al.</i>	2017	Insegurança alimentar
	Pacheco <i>et al.</i>	2018	Nanismo
	Correa; Trevisan; Mello	2019	Renda
	Ford <i>et al.</i>	2020	Desnutrição

Tabela 3. Estudos desenvolvidos sobre Brasil que abordaram as intervenções voltadas à assistência social incluídas na revisão integrativa
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O Programa Bolsa Família foi criado a partir da unificação dos programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, que existiram entre 2001 e 2003. O Bolsa Família foi considerado o carro-chefe da política social brasileira desde 2003, instituído e regulamentado pelo Decreto 5.209/2004, sendo posteriormente incorporado ao Programa Brasil Sem Miséria. Isso fez com que o Programa ocupasse, no cenário político, uma posição definidora no debate polarizador sobre sua constituição com renda garantida, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social (Araújo *et al.*, 2015).

No período de 2010, o Bolsa Família se estabeleceu em três eixos básicos: (1) transferências de renda, (2) condicionalidades, (3) ações e programas complementares; ficando conhecido, por isso, como *bolsa por necessidade*, pois se destinava às famílias em situação de exclusão econômica, às quais se recomendava o atendimento das suas condições para estimular o desenvolvimento do capital humano. Isso era feito para combater a fome e a miséria, promover a emancipação das famílias, reduzir a pobreza e as desigualdades existentes por meio da transferência direta de recursos monetários para famílias no país (Guerra *et al.*, 2012).

Essa revisão identificou sete estudos que apresentam uma relação entre o Programa Bolsa Família com ações de luta contra a fome voltadas para o combate da insegurança alimentar. Desse total, apenas o estudo

desenvolvido por Neder, Alves Filho e Souza (2015) mostrou os resultados limitados da intervenção sobre a insegurança alimentar: os autores analisaram o efeito do Programa entre 2008 e 2010, sendo um período caracterizado por crise alimentar. Os resultados indicaram que o Bolsa Família não conseguia aumentar o poder aquisitivo dos brasileiros quando os valores transferidos pelo programa eram comparados ao preço da cesta básica.

Os autores Piperata *et al.* (2011) concluíram que o acesso ao dinheiro de programas como o Bolsa Família está modificando as estratégias de subsistência e os estilos de vida em comunidades rurais, impactando o estado nutricional de maneiras positivas e negativas. Souza *et al.* (2012) destacaram a necessidade de ações de responsabilidade social e políticas públicas, como o próprio Programa Bolsa Família, que visem à garantia da segurança alimentar. Os resultados do estudo de Sperandio *et al.* (2017) ratificam a importância da adoção de políticas intersectoriais, em paralelo ao Programa, para o fortalecimento de práticas alimentares saudáveis.

Para Anschau, Matsuo e Segall-Corrêa (2012) cerca de um terço dos domicílios pesquisados estavam expostos à insegurança alimentar moderada ou grave (29,7%), com instabilidade alimentar em termos de qualidade e classificação. Os dados do estudo de Suzart *et al.* (2017) mostraram maior prevalência de insegurança alimentar moderada ou severa se comparado com a segurança alimentar, mas o fato dessa última condição também ser observada, em especial quando se analisou a relação entre insegurança alimentar e renda *per capita*, mostrou que algumas famílias, mesmo em extrema pobreza,

conseguiram manter-se em segurança alimentar, o que pode ter sido um efeito dos programas de transferência de renda, mais especificamente o Bolsa Família. As informações de Poblacion *et al.* (2015) mostraram tanto a alta prevalência de insegurança alimentar leve, moderada e grave em domicílios com crianças menores de cinco anos no país quanto grandes disparidades entre grandes regiões e urbano-rurais.

Os autores Ford *et al.* (2020) e Saldiva, Silva e Saldiva (2010) encontraram situações em que a transferência de renda produziu efeito na desnutrição. O estudo de Ford *et al.* (2020) mostrou a realidade da cidade de Acrelândia, onde o Programa Bolsa Família efetivou poucas mudanças positivas no Índice de Massa Corpórea (IMC) por idade, pois as diferenças antropométricas permaneceram entre os grupos de beneficiários e não beneficiários do Programa, ficando demonstrado, assim, que o Programa não foi suficiente para afetar os níveis de desnutrição durante um período de acompanhamento de dois anos de pesquisa. Na proposta do estudo de Saldiva, Silva e Saldiva (2010) encontrou-se prevalência de desnutrição de 9,9% (baixa duração na idade), o que se configura como um indicador de desnutrição crônica no Brasil.

A revisão incluiu dois estudos que avaliaram a influência do Bolsa Família sobre o nanismo. Os fatores de risco do nanismo encontrados por Oliveira *et al.* (2011) foram “idade inferior a 48 meses” e “consumir água sem tratamento”, sendo este último fator de risco para nanismo em ambos os grupos, embora o risco fosse de maior magnitude no grupo “não beneficiário do Programa Bolsa Família”. Os resultados apontados por Pacheco *et al.* (2018) indicaram que cerca de 90% dos domicílios

beneficiários do Bolsa Família estavam em situação de insegurança alimentar, em consequência, foi enfatizada a busca pela redução da incidência de nanismo entre as crianças que vierem a nascer nas condições supracitadas.

Esta revisão incluiu também os estudos de Duarte, Sampaio e Sampaio, (2010); Mourão, Ferreira e Jesus (2012); Sampaio e Sousa (2014); e Sperandio e Priore (2015). Para os autores Duarte, Sampaio e Sampaio (2010), o sistema de transferência do Bolsa Família teve um impacto positivo no consumo alimentar das famílias rurais localizadas no Nordeste brasileiro selecionadas na pesquisa. Os achados de Mourão, Ferreira e Jesus (2012) destacam a importância desse benefício na redução da pobreza nas famílias participantes, e, conseqüentemente, da fome. A publicação feita por Sampaio e Sousa (2014) demonstrou que o consumo médio mensal de alimentos aumentou desde a implantação desse programa de transferência de renda. Os autores Sperandio *et al.* (2017) perceberam a importância da intervenção estatal para garantir o acesso aos direitos sociais constitucionais como educação e saúde.

Os estudos de Paes-Sousa, Santos e Miazaki (2011), Cabral *et al.* (2014), Peña *et al.* (2015) e Correa, Trevisan e Mello (2019) demonstraram expressivo acréscimo na renda dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Paes-Sousa, Santos e Miazaki (2011) concluíram que procedimentos adequados quanto à amamentação dos indivíduos aconteceram devido às transferências de dinheiro para as crianças de 12 a 35 meses e de 36 a 59 meses. Cabral *et al.* (2014) observou uma relação de causalidade entre o incremento da renda pelo Programa Bolsa Família e a segurança familiar e nutricional. Os

autores Peña *et al.* (2015) observaram que os programas trouxeram a possibilidade da ascensão social da população de classes mais pobres, oferecendo chances maiores de melhoria na renda, o que evidencia que a tendência das classes empobrecidas de permanecerem “aprisionadas” na chamada armadilha da pobreza foi mais fraca do que no período anterior ao Programa Bolsa Família. Segundo Correa, Trevisan e Mello (2019) as transferências de renda provenientes do Bolsa Família podem causar aumento de renda e um novo equilíbrio de mercado nos municípios, o que significa maior poder de compra em alimentos pelos beneficiários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste trabalho foi evidenciado, por meio de pesquisas com delineamento quase-experimental e experimental, a contribuição dessas para o arcabouço teórico sobre políticas públicas no combate à fome desenvolvidas no Brasil. A revisão integrativa possibilitou a aprimoração dos conhecimentos teóricos nas áreas de ajuda alimentar, alimentação escolar e assistência social com a abordagem baseada em evidências, envolvendo questões como insegurança alimentar, desnutrição, nanismo, renda e consumo alimentar.

Os resultados deste artigo indicaram que as políticas voltadas para o combate à insegurança alimentar mais analisadas pelos pesquisadores entre 2010 e 2020 foram a Política de Aquisição de Alimentos, o Programa Cozinhas Comunitárias, o Programa Restaurantes Populares, o PNAE e o Programa Bolsa Família. Embora essas intervenções tenham melhorado o poder de compra de

alimentos dos beneficiários, impactado positivamente suas condições de saúde e escolaridade, contribuindo para uma melhoria da renda e alterando padrões alimentares em diversos grupos e realidades no Brasil, elas se mostraram, em grande parte, insuficientes para resolver a questão da insegurança alimentar no país. Além disso, em alguns contextos, mesmo que de forma circunscrita, também apresentaram impactos negativos.

Ao longo do tempo, a transferência de renda conseguiu amenizar o problema da escassez alimentar vivenciada pelas famílias, contudo, nesse período de 2010 a 2020, pouco estimulou formas justas e dignas de acesso aos alimentos, a não ser pelo meio monetário, que se tornou um modo temporário para prover a alimentação de todos os membros da unidade doméstica, porém em quantidade e qualidade nem sempre adequadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. M. C. *et al.* Índice “UFSCar” de efetividades do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares do interior paulista. *Gestão e Produção*, São Carlos, v. 25, n. 3, p. 500-512, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/mhqPgziLqMjxHj5rKYcV8Vg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2024.

ANSCHAU, F. R.; MATSUO, T.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 177-189, mar./abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/kWrgBwzqgJ7VMGGjNykmfbq/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

ARAÚJO, F. R. *et al.* Uma avaliação do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. *Revista de*

Administração Pública, [s. l.], v. 49, n. 2, p. 367-393, mar./abr. 2015.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/qn3H88Cfp3XxjK7PQr5qpxr/?lang=pt>.

Acesso em: 27 nov. 2024.

BANDONI, D. H. *et al.* O programa de incentivo à instalação de cozinhas comunitárias: avaliação de uma política pública brasileira. *Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 15-27, abr. 2010. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/232041708_O_programa_de_incentivo_a_instalacao_de_cozinhas_comunitarias_Avaliacao_de_uma_politica_publica_brasileira. Acesso em: 27 nov. 2024.

BELIK, W.; SOUZA, L. R. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 33, p. 103-122, jul./dez. 2009.

Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/155/171>.

Acesso em: 25 out. 2024.

BENTO, I. C. *et al.* Fatores associados às fases de comportamento alimentar de usuários dos restaurantes populares em Belo Horizonte/MG-Brasil. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, Lisboa, v. 34, n. 3, p. 283-291, 2016. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0870902516300281>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, mai./ago. 2011. Disponível em:

<https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BRANQUINHO S., A. *et al.* Sociodemographic and health profile of clients of community restaurants of brazilian social programs. *Revista Chilena de Nutrición*, Santiago, v. 42, n. 1, p. 14-22, 2015. Disponível em:

https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-75182015000100001. Acesso em: 27 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil). *Manual Programa Restaurante Popular*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/projeto_logico_restaurante_popular. Acesso em: 20 abr. 2020.

BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development os concepts. In: RODGERS, B. L.; KNAFL, K. A. (orgs.). *Concept development in nursing: foundations, tecniques and applications*. Philadelphia: W. B. Saunders Company, 2000. p. 231-249. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marion-Broome/publication/238248432_Integrative_literature_reviews_for_the_development_o_f_concepts/links/55ae580e08aed614b09a69bc/Integrative-literature-reviews-for-the-development-of-concepts.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

CABRAL, C. S. *et al.* Segurança alimentar, renda e Programa Bolsa Família: estudo de coorte em municípios do interior da Paraíba, Brasil, 2005-2011. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 393-402, fev. 2014. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/5418/11144>. Acesso em: 27 nov. 2024.

CASTRO, J. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CESAR, J. T. *et al.* Adesão à alimentação escolar e fatores associados em adolescentes de escolas públicas na região Sul do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 977-988, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/GFrplNNGCd54NqGDTM4GwDB/?format=pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.

CORREA JÚNIOR, C. B.; TREVISAN, L. N.; MELLO, C. H. P. Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho dos municípios

brasileiros. *Revista de Administração Pública*, [s. l.], v. 53, n. 5, p. 838-858, set./out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/80119/76551>. Acesso em: 27 nov. 2024.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. *Relatório de avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA)*. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1779/1/TD_1145.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

DUARTE, G. B.; SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, [s. l.], v. 47, n. 4, p. 903-918, out./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/fggH8MjD8Cpf8nGK9sY59PQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FORD, K. J. *et al.* Health outcomes of the Bolsa Familia program among Brazilian Amazonian children. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/Lv6QxKGVZrkLzG89DkVKJkf/?lang=en>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FREITAS, M. C. S. *Agonia da fome*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003.

GAVENTA, J. *Finding the Spaces for Change: A Power Analysis*. *IDS Bulletin*, [s. l.], v. 37, n. 6, p. 23, 2006. Disponível em: https://www.powercube.net/wp-content/uploads/2009/12/finding_spaces_for_change.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

GOBATO, R. C.; PANIGASSI, G.; VILLALBA, J. P. Identificação do perfil de usuários de um Restaurante Popular do Município de Campinas. *Segurança Alimentar e Nutricional: Revista de Saúde Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 14-25, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634789/2708>. Acesso em: 27 nov. 2024.

GUADARRAMA, G. *Perspectivas para el desarrollo institucional de la asistencia social en los municipios*. Zinacantepec: El Colegio Mexiquense, 2000. Disponível em: https://www.cmq.edu.mx/libreria2/index.php?id_product=70&rewrite=perspectivas-para-el-desarrollo-institucional&controller=product. Acesso em: 30 ago. 2024.

GUERRA, A. C. et al. Programa Bolsa Família: uma análise sob o ponto de vista dos usuários. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36., 2012, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Anpad, 2012. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=&cod_evento_edicao=63&cod_edicao_subsecao=848&cod_edicao_trabalho=14415. Acesso em: 30 ago. 2024.

HARTZ, Z. A. *Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

HIRAI, W. G.; ANJOS, F. S. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 335-353, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/2322/3251>. Acesso em: 27 nov. 2024.

KOPITKE, A. L. W. *Segurança pública baseada em evidências: a revolução das evidências na prevenção à violência no Brasil e no mundo*. 2019. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/211476>. Acesso em: 27 nov. 2024.

LÓPEZ-ALMANSA, E. B. *La acción internacional contra el hambre y la ayuda alimentaria al desarrollo de la Unión Europea*. Valencia: Universitat de València, 2005.

MAGALHÃES, R. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1339-1346, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/DW6bxKpYGYtDLLfcqM8BqXm/>.

Acesso em: 27 nov. 2024.

MIELITZ, C. Dez Anos de PAA e a Constituição de Uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar. *In*: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 58-73.

MORGADO, C.; HACK, F. M. A oferta de granulado à população vulnerável e o direito humano à alimentação adequada: uma análise da legislação que institui a política de erradicação da fome e de promoção da função social dos alimentos. *In*: CORRÊA, L. (org.). *Diálogos sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada*. Juiz de Fora: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. p. 243-281.

MOURÃO, L.; FERREIRA, M. C.; JESUS, A. M. Evaluation of the Brazilian Family Grant Program: A Quasi-Experimental Study in the State of Rio de Janeiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 25, n. 4, p. 719-729, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/prc/a/9ZgwckFRGbjw6dQhNpJmBgr/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 27 nov. 2024.

NEDER, H.; ALVES FILHO, N.; SOUZA, S. Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 51-70, jan./mar. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/DNwrC5s8MJGSNTHLfcBnDyb/>.

Acesso em: 27 nov. 2024.

OLIVEIRA, F. C. C. *et al.* Estado nutricional e fatores determinantes do déficit estatural em crianças cadastradas no Programa Bolsa

Família. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 7-18, 2011. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742011000100002. Acesso em: 27 nov. 2024.

OLIVEIRA, L. G.; BATALHA, M. O.; PETTAN, K. B. Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá, Minas Gerais, Brazil. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 47, n. 1, p. 1-6, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cr/a/LjC9cwYccNP76Gy4GxTQWDL/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PACHECO, P. M. *et al.* Food and nutritional security of families assisted by the Bolsa Família cash transfer program in primary health care. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 459-477, 2018. Disponível em: <https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/133/107>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PADRÃO, S. M.; AGUIAR, O. B. Restaurante popular: a política social em questão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 280-319, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/GhMHmCN6cTkmVhM9VGrZyRS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PAES-SOUSA, R.; SANTOS, L. M.; MIAZAKI, É. S. Effects of a conditional cash transfer programme on child nutrition in Brazil. *Bull World Health Organ*, Genebra, v. 89, n. 7, p. 496-503, jul. 2011. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC3127265/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PELIANO, A. M. M. Lições da história – avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. In: ARANHA, A. (org.). *Fome zero: uma história brasileira*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. p. 26-41.

PEÑA, C. R. *et al.* A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. *Revista de Administração Pública (RAP)*, v. 49, n. 4, p. 889-913, jul./ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/frnhZDdCFHZ6Bxt6LfqvJwq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PIPERATA, B. A. *et al.* The nutrition transition in Amazonia: rapid economic change and its impact on growth and development in Ribeirinhos. *American Journal of Physical Anthropology*, [s. l.], v. 146, p. 1-13, 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21541919/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

POBLACION, A. P. *et al.* Insegurança alimentar em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 5, p. 1067-1078, maio 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/qY7PW8yDKX7GYzFYPsN8Xyh/#>. Acesso em: 27 nov. 2024.

ROSANELI, C. F. *et al.* A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. *Revista Bioética*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 89-97, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/njrXjwDGTcKgDhTxYKyQ3fH/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SALGADO, R. J. S. F. *et al.* Focalização e Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): avaliação de sua eficácia nas regiões brasileiras. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, [s. l.], v. 55, n. 4, p. 661-678, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/jMLHYcvdYCwk55cfmdZYSXd/?lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SAMPAIO, M. A. P.; SOUSA, E. P. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre os gastos das famílias beneficiárias em Mauriti, Ceará. *Gestão & Regionalidade*, [s. l.], v. 30, n. 90, p. 18-31, sep-dic, 2014. Disponível em:

https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2214/1636. Acesso em: 27 nov. 2024.

SALDIVA, S. R. D. M.; SILVA, L. F. F.; SALDIVA, P. H. N. Avaliação antropométrica e consumo alimentar em crianças menores de cinco anos residentes em um município da região do semiárido nordestino com cobertura parcial do programa bolsa família. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 221-229, mar./abr. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rn/a/HpnHJkyLcq68kF7DNBhh8xD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Fome Zero: política pública e cidadania. In: ROCHA, M. (org.). *Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 41-61.

SHERMAN, L. W. *et al.* *Preventing Crime: What Works, What Doesn't, What's Promising – A Report to the United States Congress*. Washington: National Institute of Justice, 1997.

SOUZA, N. N. *et al.* Perfil socioeconômico e insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, Brasil, em 2011: um estudo epidemiológico transversal. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 21, n. 4, p. 655-662, dez. 2012. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400015. Acesso em: 27 nov. 2024.

SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 24, n. 4, p. 739-748, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/q5nm5zJZkwPNtYZgRxTT8XS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SPERANDIO, N. *et al.* Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 22, n. 6, p. 1771-1780, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/dYwh638wC9c5n78pJzRMMCK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SUZART, A. S. *et al.* Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: um estudo de caso. *Revista Baiana de Saúde Pública*, Salvador, v. 41, n. 3, p. 699-715, jul./set. 2017. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/2525/2300>. Acesso em: 27 nov. 2024.

TRIVELLATO, P. T. *et al.* Food and nutrition (in)security in families of farmers who supply the National School Feeding Program. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 32, p. e180247, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/K7D53Q3kBg8cmSsXgV5YxLt/?lang=en>. Acesso em: 27 nov. 2024.

URSI, E. S. *Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura*. 2005. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Fundamental). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22132/tde-18072005-095456/publico/URSI_ES.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

VIVERO, J. L.; ALMEIDA FILHO, N. A consolidação do combate à fome e do direito à alimentação nas agendas políticas da América Latina. In: RAMOS, P.; FILHO, N. A. (orgs.). *Segurança alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial*. Campinas: Editora Alínea, 2010. p. 29-54.

WAAL, A. *Famine crimes: Politics & the Disaster Relief Industry in Africa*. Oxford: James Currey, 1997.

WEISBURD, D. L.; FARRINGTON, D. P.; GILL, C. *What Works in Crime Prevention and Rehabilitation: Lessons from Systematic Reviews*. New York: Springer Series on Evidence-Based Crime Policy, 2017.